



COMUNICADO SOBRE A MANIFESTAÇÃO “PELOS NOSSOS RIOS” DE 20 DE JUNHO EM TALAVERA DE LA REINA

No próximo dia 20 de Junho colectividades de cidadãos, culturais, desportivas e ecologistas de toda a bacia do Tejo, assim como representantes de instituições e de municípios ribeirinhos desde a cabeceira até Portugal, se concentrarão em Talavera de la Reina para se manifestar sob o lema “Pelos nossos rios, pelo nosso futuro”, e reclamar uma gestão do Tejo e dos seus afluentes que seja ambiental, económica e socialmente sustentável.

Os primeiros subscritores abaixo assinados apoiamos esta iniciativa cidadã por considerar que a bacia do Tejo está submetida a fortes pressões que causaram a degradação do rio e seus afluentes, e que a sua gestão é na essência incompatível com as exigências ambientais e com o controlo da procura que estabelece a Directiva-Quadro da Água. Em concreto denunciámos que:

1. **A gestão dos troços médio e alto da bacia do Tejo se tem visto severamente condicionada pela exploração do Transvase Tejo-Segura** que vem procurando maximizar sistematicamente o desvio das águas para o Mediterrâneo (até 80% do caudal na cabeceira) à custa da deterioração ambiental do rio e das necessidades e legítimos interesses dos cidadãos do Tejo. O resultado desta pressão é o desaparecimento de um caudal fluente em distintos troços do rio e o agravamento dos problemas de qualidade.
2. A experiência do transvase demonstrou que **os chamados deficits de água na Bacia do Segura não podem ser solucionados com desvios de água de outras bacias**, dado que a promessa de mais água mais não fez que acentuar o stress hídrico até limites insustentáveis. A expansão incontrolada do regadio, primeiro, e a explosão urbanística que lhe seguiu, em resposta a expectativas de quantidade ilimitada de água vinda de fora, resultaram em volumes de procura que superam em muito as escassas águas que pode aportar o transvase. Por outro lado, a bacia do Segura e a bacia do Tejo, a partir de onde se está solicitando um novo transvase, sofrem uma situação de stress hídrico que torna irracional pretender reduzir uma escassez aumentando a outra. Consequentemente, **a única resposta sustentável e racional à escassez de água no Segura, ou em outras bacias como a do Guadiana, é a gestão e redução da procura com base nos recursos disponíveis dentro da própria bacia.**
3. Amplos troços do rio Tejo e seus afluentes estão submetidos a uma forte **poluição** como resultado da existência de descargas incontroladas e ilegais e ao insuficiente tratamento das águas residuais ao longo dos troços médio e alto da bacia, onde se encontra o maior núcleo metropolitano da Península. A ausência de um regime de caudais ambientais estabelecidos com base em estudos e critérios científicos actualizados não tem feito senão agravar os problemas de qualidade existentes.
4. Se observa uma significativa **degradação do domínio público hídrico** resultante da implantação de pedreiras, da ocupação de leitos, da adulteração e destruição de galerias ripícolas, de depredação furtiva e da ausência de uma cultura de respeito e uso cívico dos nossos rios e ribeiras.

Face à elaboração do novo plano de bacia, reclamamos:

1. **A revisão das regras de exploração do Transvase Tejo-Segura, envolvendo um processo de participação pública** e de maneira a que seja possível atingir os objectivos ambientais do rio Tejo que exige a Directiva-Quadro da Água, atender às procuras racionais da bacia do Tejo, mantendo um regime de caudais ecológicos, antes de se pensar em qualquer transvase de águas para o Segura.
2. O cálculo das procuras no novo plano de bacia de acordo com as exigências da Directiva-Quadro da Água. Neste sentido, consideramos que **é juridicamente erróneo e socialmente inaceitável a tramitação de concessões de água do Tejo para regantes com águas do Transvase** que a Confederação Hidrográfica do Segura está a efectuar, de costas voltadas para o novo plano de bacia e sem respeitar as mínimas exigências legais de transparência e participação da bacia cedente.
3. **O estabelecimento de um regime de caudais ambientais no Tejo e seus afluentes** com base em critérios científicos, independentes e contrastáveis, que permitam atingir os objectivos de bom estado ecológico fixados pela Directiva-Quadro da Água. Neste sentido é necessária a rápida publicação na página web dos organismos de bacia dos estudos sobre caudais realizados no quadro da elaboração do novo plano de bacia de maneira que a comunidade científica e a sociedade possam contar com a informação necessária e suficiente.
4. **Supressão da poluição** mediante a aplicação da normativa ambiental vigente e planos de qualidade; a vigilância e denúncia das descargas ilegais; a imposição e cumprimento de sanções administrativas; a adopção de soluções de tratamento adaptadas às diversas realidades e capacidades dos distintos núcleos urbanos, com o apoio da Administração do estado e das regiões autónomas que permita às Administrações locais implementar e manter sistemas de tratamento adequados.
5. **Recuperação e regeneração do património cultural e ambiental ligado aos rios** da bacia empreendendo acções de recuperação dos bosquetes e vegetação marginal dos cursos e linhas de água, bem como de conservação e melhoramento do espaço fluvial, com a colaboração dos habitantes ribeirinhos.
6. **Maior transparência e abertura do processo de planeamento em curso**, com o estabelecimento de calendários claros de actuações; fácil acesso à informação de base elaborada no desenvolvimento de planos e programas; divulgação dos resultados das reuniões de participação; e programas de informação e difusão que facilitem uma participação mais activa das partes interessadas e do público em geral nos processos de planeamento e nas decisões de gestão.

SUBSCREVEM O DOCUMENTO (até ao momento) OS SGUINTES SÓCIOS E AMIGOS DA FUNDAÇÃO NOVA CULTURA DA ÁGUA

1. Alejandro Arizkun Cela, Universidad Pública de Navarra
2. ANSAR
3. Pedro Arrojo, Universidad de Zaragoza
4. Domingo Baeza, Madrid
5. Ana Barreira, Madrid
6. Carlos Bragança, Universidade do Algarve
7. Pedro Brufao, Universidad de Extremadura
8. Abel La Calle, Universidad de Almería
9. Enrique Calleja, Ciudad Real
10. Paula Chainho, Universidade de Lisboa
11. COAGRET
12. Olga Conde, Zaragoza
13. Gonzalo Canales Celada, Presidente, asociación ecologista ARCA, Cantabria
14. Maria Soledad Gallego, Toledo
15. Nuria Hernández-Mora, Madrid
16. Diego García de Jalón, ETSI Montes, Universidad Politécnica de Madrid
17. Gloria García-Nieto, Plataforma por la Defensa del P.N. de Redes, Asturias
18. Beatriz González Fernández, Universidad de Oviedo
19. Marta González del Tánago, ETSI Montes, Universidad Politécnica de Madrid
20. Gregorio López Sanz, Universidad de Castilla-La Mancha
21. Javier Martínez Gil, Universidad de Zaragoza
22. Mariano Mérida, Zaragoza
23. Amparo Merino de Diego, Universidad Pontificia de Comillas - ICADE
24. Leandro del Moral, Universidad de Sevilla
25. María Novo, Universidad Nacional de Educación a Distancia
26. Belén Pedregal, Universidad de Sevilla
27. Antonio Sastre Merlín, Universidad de Alcalá de Henares
28. Eugénio Sequeira, Escola Universitária Vasco da Gama
29. Ricardo Serralheiro, Universidade de Évora
30. Maria Teresa Pérez Picazo, Universidad de Murcia
31. Francesc La Roca, Universidad de Valencia
32. César Rodríguez, AEMS-Ríos con Vida
33. Miguel Ángel Sánchez Sánchez-Pérez, Talavera de la Reina
34. Virginia Villanueva Calderón, Madrid
35. Antonio Viñas Márquez, Málaga

Madrid, 17 junio 2009